



PROCESSO N.º 1046/05

PROTOCOLO N.º 8.670.958-9/05

PARECER N.º 211/06

APROVADO EM 14/07/06

CÂMARA DE ENSINO FUNDAMENTAL

INTERESSADA: ESCOLA MUNICIPAL TIRADENTES - EDUCAÇÃO INFANTIL E
ENSINO FUNDAMENTAL

MUNICÍPIO: MERCEDES

ASSUNTO: Pedido de autorização de funcionamento da Educação de Jovens e
Adultos - Ensino Fundamental - Fase I.

RELATORA : MARIA DAS GRAÇAS FIGUEIREDO SAAD

I - RELATÓRIO

1 - A Secretaria de Estado da Educação encaminha pelo Ofício n.º 3734/2005-GS/SEED o protocolo em referência, com incluso Parecer n.º 1663/05, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento - CEF/SEED, pelo qual a direção da Escola Municipal Tiradentes - Educação Infantil e Ensino Fundamental, Município de Mercedes, mantida pela Prefeitura Municipal de Mercedes, solicita autorização de funcionamento da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental - Fase I, de forma simultânea, a partir de 2006.

2- Dados gerais do Curso

- Curso: Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental - Fase I.
- Regime de funcionamento: turnos vespertino e noturno.
 - Regime de matrícula: única e válida para todas as Áreas de Conhecimento, sendo efetuada no início de cada período.
- Carga horária: 1.200 (mil e duzentas) horas.
- Modalidade de oferta: presencial.
 - Frequência mínima de 75% da carga horária total prevista na matriz curricular.
 - Requisitos de acesso: conforme a legislação vigente.



PROCESSO N.º 1046/05

3 - Organização Curricular

Os conteúdos escolares estão organizados por Área de Conhecimento, conforme consta na matriz curricular, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e demais normatizações do Sistema Estadual de Ensino do Paraná (cf. fl. 125).

Matriz Curricular

Estabelecimento: Escola Municipal Tiradentes – Ensino Fundamental					
Entidade Mantenedora: Prefeitura do Município de Mercedes					
Localidade: Mercedes			NRE: Toledo		
Ano de Implantação: 2006					
Forma: Simultânea			Módulo: 20 Semanas		
Carga horária total do curso: 1.200 horas					
	1º Ciclo		2º Ciclo		
Áreas do Conhecimento	1ª Período	2ª Período	1º Período	2º Período	Total Horas
Língua Portuguesa	16 horas	16 horas	14 horas	14 horas	1.200
Matemática					
Estudos da Sociedade e da Natureza					
Total Geral	320	320	280	280	1.200
Total geral em horas: 1.200 Horas/relógio					



PROCESSO N.º 1046/05

4 - Processo de Avaliação

O processo de avaliação, classificação e promoção estão descritos no Regimento Escolar (cf. fls 127 a 129).

5 - Plano de Avaliação Institucional

“ A avaliação Institucional dos cursos deverá constituir-se como:

- um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico;
- uma ferramenta para o planejamento e a gestão;
- um processo sistemático de prestação de contas à sociedade.

Isso significa acompanhar metodicamente as ações a fim de verificar se as funções estão sendo realizadas e atendidas. É este o contraponto entre o pretendido e o realizado que dá sentido à avaliação.

A avaliação da instituição escolar levará em consideração os seguintes itens:

- gestão participativa;
- gestão pedagógica;
- gestão de pessoas;
- gestão de serviços de apoio, recursos físicos e financeiros;
- gestão de resultados;

Para que seja possível, ocorrerá:

1. com mecanismos criados pelo próprio estabelecimento de ensino para auto-avaliação interna;
2. com mecanismos criados pela mantenedora.

Durante o ano escolar, sob a coordenação do SMED, será acompanhado e avaliado o material didático, o currículo, o sistema de orientação docente, a infra-estrutura material da escola, a metodologia, a atuação da equipe pedagógica/administrativa, os resultados dos cursos ofertados, enfim, toda ação desta Instituição.

Para esta avaliação, os alunos e professores serão ouvidos separadamente, respondendo a instrumentos por escrito, para verificar se as opiniões são consensuais. Fará parte do roteiro que subsidiará a elaboração do instrumento avaliativo, tanto para alunos, como para os professores:

- qualidade de atendimento dos alunos;
- prontidão para atendimento aos alunos;
- efetiva aprendizagem;
- processo de avaliação;
- auto-estima;
- relacionamento aluno/professor;
- estrutura física da escola;
- estrutura pedagógica;
- atendimento de secretaria;
- atendimento interno;
- limpeza e organização da instituição;
- atendimento da equipe pedagógica/administrativa e orientação educacional;



PROCESSO N.º 1046/05

- cooperação entre toda a equipe escolar;
 - cumprimento de metas;
 - outros.

Os resultados serão analisados pela comunidade escolar, sob a coordenação da SMED.”

6 - Plano de Capacitação Continuada do Corpo Docente

“A Educação de Jovens e Adultos necessita de profissionais habilitados e preparados para o cumprimento de suas funções. Para tanto a Escola Municipal Tiradentes – Educação Infantil e Ensino Fundamental, com intuito de cada vez mais aperfeiçoar sua formação e possibilitar melhor atendimento aos alunos, respeitando os direitos individuais, considerando as suas condições afetivas, respeito a diversidade, experiências culturais, desenvolvimento físico e integração social, promoverá a formação continuada através de cursos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação de Mercedes, Cursos de Educação a Distância, TV Escola, Salto para o Futuro e Grupos de Estudos ou cursos a critério do professor.

Plano de Capacitação Permanente dos Recursos Humanos

1. Treinamento em Serviço nos diversos setores de segmentos, realizados a partir do acompanhamento constante “in loco” e durante o expediente do funcionário, com orientações específicas prestadas pela Secretaria Municipal de Educação.

2. Cursos internos de aperfeiçoamento técnico-pedagógico, promovidos pela escola e ministrados por especialistas que durante um período, ao longo do ano, oferece condições e ministra técnicas para o aprimoramento dos conhecimentos em suas respectivas áreas de atuação.

3. Cursos externos de capacitação e qualificação profissional, com o objetivo de expandir o nível de conhecimento e preparo do funcionário para a execução de suas atividades profissionais.

4. Seminário, palestras e encontros de estudos;

5. Reuniões pedagógicas anuais, semestrais e coordenações semanais realizados com o objetivo de acompanhar a execução do currículo e oferecer ao docente o suporte para o aprimoramento das técnicas utilizadas por eles.

Para implementação e manutenção do processo de reciclagem e aperfeiçoamento profissional dos que atuam na escola, estabeleceremos como ampliação dos conhecimentos, os seguintes critérios:

- a) painel administrativo para as comunicações gerais;
- b) caixa de sugestões;
- c) questionário/pesquisa de avaliação global do funcionamento da escola;
- d) comunicação interna;

Os temas para as palestras com docentes são os seguintes:

- Alfabetização de adultos: o histórico, as competências e habilidades necessárias ao educador na visão de Philippe Perrenoud;
- A inteligência emocional e as inteligências múltiplas;
- Elaboração de projetos;
- Auto conhecimento: auto estima, influência do auto conhecimento nas relações com os outros;
- Preparação para o trabalho: formação das habilidades e competências.”



PROCESSO N.º 1046/05

7 - Corpo Docente

A relação dos docentes indicados para o curso consta do ANEXO I deste Parecer.

8 - Recursos Físicos e Materiais

Os recursos físicos e materiais estão descritos às folhas 25 a 28 e 139.

À folha 139 é dada uma informação quanto ao uso do laboratório onde a escola, ao expor sua compreensão quanto as aulas de Ciências, atesta que não é necessário possuir o espaço físico, utilizando-se deliberadamente de partes do Parecer n.º 95/99, exarado por este Conselho Estadual de Educação, como justificativa a sua intenção.

Ao utilizá-lo, a escola cita parte do Parecer em complemento a sua justificativa como segue:

“Assim, seguindo o entendimento do Conselho Estadual de Educação, expresso no Parecer n.º 095/99 ‘... indubitavelmente, um conceito novo para o espaço denominado laboratório acompanha uma educação científica nova, espaço que passará a incluir também o pátio da escola, a beira do mar, o bosque ou a praça pública...’ explicitam a não obrigatoriedade de espaço específico e materiais pré-determinados, a concretização de experimentos nos estabelecimentos de ensino, reforçando o princípio pedagógico da contextualização que se quer implementar nesta escola.”

No entanto, cabe informar que o referido Parecer, ao tratar sobre Laboratório, afirma tacitamente a sua necessidade e jamais seu descarte, como observamos nas transcrições.

Às folhas 4 e 5 do Parecer n.º 95/99-CEE é exposto o que segue:

“... é também pacífico que nem a polêmica em torno do assunto e, muito menos, uma interpretação equivocada, certamente da nova LDB permitem o mero descarte dos laboratórios.

(...)

laboratório de Ciências para o reconhecimento de um estabelecimento insere-se no rol do ‘mínimo’ necessário (grifo nosso) para o desenvolvimento de um ensino de qualidade, ao lado da biblioteca e bibliografia, docentes habilitados, espaços de lazer...

(...)

não pode ser um simples espaço de realidades ‘virtuais’ (grifo nosso): livros poderiam ser buscados na Internet, aulas práticas podem ser feitas em contato com a Natureza, e assim por diante.

O rigor na apuração da existência de condições materiais e de recursos humanos qualificados ‘mínimos’ deve valer tanto para os estabelecimentos privados quanto públicos. Como pode o Poder Público zelar, como é seu dever constitucional, pela qualidade do ensino, se a começar das escolas que cria e autoriza as exigências



PROCESSO N.º 1046/05

vão sendo amortecidas, minimizadas e desqualificadas em nome de uma pseudo-criatividade?

(...)

Recomenda-se, portanto, que a SEED estabeleça uma ampla discussão, não no sentido de desqualificar as exigências materiais para o reconhecimento de um estabelecimento, mas antes no sentido de como dotar todos os estabelecimentos de estruturas condignas, professores qualificados e recursos adequados para o seu custeio. Indubitavelmente, um conceito novo para o espaço denominado 'laboratório' acompanha uma educação científica nova, espaço que passará a incluir também o pátio da escola, a beira do mar, o bosque ou a praça pública (cf. LUZ, Gastão F. da, Proposta de Construção de Laboratórios de Uso Comum aos Ensinos de 1º e 2º Graus). Mas não significará, jamais sua 'dispensabilidade' pura e simples (grifo nosso)".

À vista do exposto, fica evidente que o referido Parecer deste Conselho Estadual de Educação jamais afirmou ou indicou, mesmo que implicitamente, a não necessidade do laboratório de Ciências no ensino fundamental ou médio. Pelo contrário, afirma sua necessidade e sugere também, outros espaços para complementar as possibilidades de experimentação realizada pelos alunos.

Depreende-se que a escola, ao se utilizar de parte do Parecer, não fez jus ao exposto sobre a necessidade do laboratório de Ciências nas escolas.

9 - Comissão Verificadora

A Comissão Verificadora, designada pelo Ato Administrativo n.º 195/05 (cf. fl.185), do NRE de Toledo, constatando "*in loco*" a existência das condições mínimas para o regular funcionamento, bem como da Proposta Pedagógica adequada à Deliberação n.º 14/99-CEE e do Regimento Escolar adequado à Deliberação n.º 16/99-CEE, foi de parecer favorável à autorização de funcionamento do curso (cf. fl. 191).

II - VOTO DA RELATORA

Considerando o exposto e o Parecer n.º 1663/05 - CEF/SEED, somos pela autorização de funcionamento da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental - Fase I, presencial, de forma simultânea, a partir do início do ano letivo de 2006, com matrícula única e válida para todas as Áreas do Conhecimento e com carga horária de 1.200 (mil e duzentas) horas, na Escola Municipal Tiradentes - Educação Infantil e Ensino Fundamental, Município de Mercedes, mantida pela Prefeitura Municipal de Mercedes.



PROCESSO N.º 1046/05

A autorização do curso terá validade por 4 (quatro) anos, contados a partir da data de publicação do ato autorizatório, renovável após verificação complementar, à vista da expressa manifestação da vontade da mantenedora em não instalar as séries subseqüentes, conforme Art. 34 da Deliberação n.º 04/99-CEE, devendo submeter-se após esse período a processo de avaliação pelo Sistema Estadual de Ensino.

Alerta-se que foi alterada pela Resolução CNE/CEB n.º 1, de 31 de janeiro de 2006, a nomenclatura da disciplina do Ensino Fundamental, de Educação Artística para Artes. Deve, portanto, a instituição do ensino fazer a devida adequação.

Devolva-se o processo ao estabelecimento de ensino para constituir acervo e fonte de informação.

É o Parecer.

CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Ensino Fundamental aprova, por unanimidade, o Voto da Relatora.
Curitiba, 11 de julho de 2006.

DECISÃO DO PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Estadual de Educação aprovou, por unanimidade, a Conclusão da Câmara.
Sala Pe. José de Anchieta, em 14 de julho de 2006.



PROCESSO N.º 1046/05

ANEXO I

Estabelecimento: Escola Municipal - Tiradentes Educação Infantil e Ensino Fundamental

Município: Mercedes

Curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental - Fase I

RELAÇÃO DE DOCENTES

DOCENTE	FORMAÇÃO
Alvadir Antonio Brun	Magistério Letras
Claudenice Aparecida Vilas de Medeiros	Magistério Pedagogia
Kiara Baasch	Normal Pedagogia
Adriana Friske	Magistério Pedagogia